CGE
Fls. 328
Ass.

PROCESSO N° : 2014/34430/000416 Vol. I e II

UNIDADE GESTORA : Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins

EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2013

ASSUNTO : Prestação de Contas Anual

TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 56 /2014

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto nº 2.595/2005.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls.119, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de 1,12 %, que se justifica pela existência de saldo de caixa do exercício anterior, no valor de R$ 5.454.370,40, fls. 121 e restos a pagar inscritos no valor de R$ 419.960,94, fls. 120.

CGE
Fls. 339
Ass.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 89,46%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	68.833.312,00	65.587.379,36	95,28
Despesa de Capital	6.699.860,00	1.983.324,79	29,60
TOTAL	**75.533.172,00**	**67.570.704,15**	**89,46**

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
0100 – Recursos Ordinários	65.533.172,00	65.532.934,77	99,99
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	10.000.000,00	2.037.769,38	20,37
TOTAL	**75.533.172,00**	**67.570.704,15**	**89,46**

3.3 As alterações no orçamento da entidade demonstram que houve aumento de 36,00% das dotações iniciais, que se justificam pela necessidade de atender o pagamento do Ressarcimento de Despesa de Atividade de Defesa Agropecuária – REDAD e a folha de pagamento, pois houve insuficiência nas dotações orçamentárias disponibilizados para o exercício de 2013, conforme evidenciado no relatório de gestão fl. 42.

3.4 A receita orçamentária no período, no valor de R$ 344.814,82, somada à receita extra orçamentária no valor de R$ 81.796.171,73, às transferências financeiras recebidas no valor de R$ 66.470.879,46 e ao saldo financeiro remanescente, no valor de R$ 5.454.370,40, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R$ 67.570.704,15, extra orçamentárias no valor de R$ 82.970.747,15, restando saldo de R$ 3.524.785,11 para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 120 e 121.

3.5 O Balanço Patrimonial, às fls. 124 e 125, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

CGE
Fls. 330
Ass.

3.5.1 O Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro em R$ 2.985.291,39, indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de endividamento.

3.5.2 O Ativo Permanente, composto pelos bens móveis, imóveis, depreciação acumulada e almoxarifado, é maior que o Passivo Permanente (Dívida Fundada), representado pelo parcelamento junto ao INSS e obrigações a pagar – almoxarifado/folha de pagamento em 60,47%.

3.5.3 O Ativo Real Líquido teve redução de 40,30% em relação ao exercício anterior, devido à redução do ativo financeiro e aumento do passivo permanente.

3.5.4 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de R$ 4.272.273,54, sendo que R$ 3.723.839,33 são de bens móveis, R$ 490.786,12 são de bens imóveis, R$ 83.320,91 são bens em processo de localização e R$ 25.672,82 de depreciação acumulada. Houve no exercício valores de incorporações de bens móveis por aquisição no valor de R$ 948,00 e por valorização de R$ 29.363,84 e baixa por desvalorização de bens móveis na ordem de R$ 26.953,55, havendo divergência devido a não integração entre os sistemas SIAFEM e SISPAT, devidamente justificada às fls. 255 e 257.

3.5.4.1 Os bens patrimoniais de terceiros estão registrados pela contabilidade no valor de R$ 17.701.112,48, deste valor R$ 17.607.249,24 são de bens móveis, R$ 85.134,94 são bens móveis em processo de localização e R$ 8.728,30 são bens de terceiros não localizados anterior ao exercício, observando-se divergências em razão da não integração dos Sistemas SISPAT e SIAFEM, devidamente justificadas às fls. 255 e 257.

3.5.5 A conta contábil "Almoxarifado" apresenta saldo no valor de R$ 342.323,63, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 171 a 188.

CGE
Fls. 331
Ass.

3.6 A conta "Disponível" registra saldo no valor total de R$ 3.524.785,11, que confere com o balancete, extratos e está conciliada com a bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco movimento R$ 3.524.785,11:

1 - R$ 5.398,16 na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - R$ 3.519.386,95 nas contas bancárias específicas;

3.7 As contas do passivo circulante totalizam um saldo de R$ 3.263.693,97, correspondentes a consignações, outros credores, restos a pagar, valores não reclamados e obrigações a pagar – almoxarifado/folha de pagamento.

3.8 O Demonstrativo do Ativo Realizável, fls. 135 evidencia a inexistência de saldo.

3.9 O saldo inicial da conta "exigível a longo prazo" , fls. 148 registra dívida fundada no valor de R$ 337.267,52, referente ao parcelamento com o INSS. No exercício de 2013 foi efetuado pagamento no valor de R$ 184.552,73, permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de R$ 152.714,79.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos, foram inicialmente acompanhados pelos agentes do Núcleo Setorial de Controle Interno - NUSCIN, durante o período de 1º de janeiro a 24 de fevereiro do exercício em análise, haja vista que com a publicação da Medida Provisória nº 4/2013, convertida na Lei nº 2.735/2013, os mesmos foram extintos, passando esse acompanhamento a ser efetuado somente pela Controladoria Geral, por meio da utilização das técnicas de controle interno.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização e inspeção de processos administrativos foram possíveis identificar falhas e sugerir melhorias, conforme evidenciado no Relatório de Inspeção Nº 003/2013.

CGE
Fls. 332
Ass.

5. Ressalte-se, por oportuno, que, de acordo com o Plano Anual de Auditoria aprovado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado, a Terceira Diretoria de Controle Externo - DCE realizou, no período de 22 a 26 de 2013, auditoria de regularidade na Agência de Defesa Agropecuária, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2012.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. 28 a 104, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a Entidade, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.678/2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições da entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos nos Programas Temáticos Defesa Agropecuária e Governo e Cidadão e com suporte nas ações do Programas Gestão e Manutenção da Agência de Defesa Agropecuária.

6.1.1.1 Para os objetivos, foram estabelecidas metas de objetivos qualitativas e/ou quantitativas e considerando ás análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 64 a 73 referentes às metas regionalizadas, constatamos que nas metas do objetivo nº 116, fl. 64 a 67, houve um alto grau de eficiências alcançadas, já nas metas regionalizadas do objetivo nº 117, fls. 68 a 70, demonstrou um razoável grau de eficiência alcançado e nas metas regionalizadas do objetivo nº 118, fls. 71 a 73, evidenciou um alto grau de eficiência alcançado. Com relação ao desempenho das metas do objetivo não regionalizadas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 74 a 81, constatamos que nas metas do objetivo nº 115, fl. 74 e 78, demonstrou um bom grau de eficiência alcançado, já nas metas não regionalizadas do objetivo nº 116, fls. 79 e 80, demonstrou que a meta não foi atingida, e na meta não

CGE
Fls. 333
Ass.

regionalizadas do objetivo nº 117, fl. 81, demonstrou um bom grau de eficiência alcançada.

6.1.1.2 Conforme às análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 57 a 62 a avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 06 (seis) indicadores dos quais 04 (quatro) apresentaram um nível satisfatório para o órgão e 02 (dois) apresentaram nível insatisfatório de apuração, além de constar inconsistências/divergências nas análises em relação aos índices apurados.

6.1.2 Em relação à avaliação das 09 (nove) iniciativas vinculadas aos objetivos, percebe-se um bom desempenho, especificado nos relatórios, às fls. 83 a 91.

6.1.2.1 Para a realização das iniciativas foram criadas 10 (dez) ações governamentais, sendo todas de natureza atividade, cuja execução foi avaliada com base nos índices de gestão orçamentário-financeira e de produtividade, explicitando um alto grau de eficiência.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total 06 (seis) ações de natureza atividade, demonstram que a avaliação feita com base nos índices de gestão orçamentário-financeira e de produtividade, explicita um alto grau de eficiência, tendo em vista que execução em média de 99,99%.

6.1.4 Não houve recebimento de recursos federais no exercício de 2013, conforme demonstrado no Anexo 10, à fl. 115 e também não houve transferência de recursos a municípios e nem a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, conforme demonstrado no Anexo 2, à fl. 114.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. 310 a 319, um quantitativo de 1.162 servidores ativos, sendo que 136 servidores foram admitidos no exercício de 2013 por meio de concurso e 48 por meio de contrato temporário.

CGE
Fls. 334
Ass.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela REGULARIDADE das contas apresentadas pelos responsáveis, **Marcelo Aguiar Inocente, Pedro Sales Batista, Rejânia Aparecida da Silva, Marina Ribeiro de Farias Costa e Silva, Elitonia Almeida Santos** e outros relacionados neste processo, fl. 239.

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2014.

Hélio Augusto Gomes Borges
Supervisor

Rosário Luiz da Silva
Coordenador de Controle Interno

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário-Chefe.

Cleber Barros Arraes
Diretor do Controle Interno